

## TCU acusa ex-dirigentes do INSS

Ana D'Angelo e Bernardino Furtado

Decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) fez mexer um esqueleto que volta a assombrar o Ministério da Previdência Social. Em julgamento no dia 22 de maio deste ano, o TCU responsabilizou 13 ex-integrantes da Previdência por uma lambança envolvendo um convênio assinado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o Centro Educacional de Tecnologia em Administração (Cetead), da Bahia, entre 1998 e 2000, em pleno governo Fernando Henrique Cardoso.

Na lista, estão o ex-ministro José Cechin, o ex-consultor jurídico Antônio Glaucius de Moraes (na época no cargo de coordenador-geral do ministério), o ex-presidente do INSS Crésio de Mattos Rolim e o ex-procurador-geral do órgão José Weber Holanda Alves. O TCU responsabilizou ainda José Bonifácio de Andrada (que antecedeu Moraes no cargo de consultor) e a ex-coordenadora-geral de Direito Administrativo Nayra Benvindo Falcão.

Moraes pediu demissão na segunda-feira da Consultoria Jurídica do Ministério da Assistência e Promoção Social. Já Weber Holanda ainda está no governo, ocupando um cargo chave no Palácio do Planalto. Comandando a Procuradoria Geral Federal, ele está sendo investigado pela Controladoria-Geral da União devido a uma série de pareceres que ele assinou em operações com fortes indícios de irregularidades. O tribunal mandou o INSS instaurar Tomada de Contas especial para ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres públicos e enviou toda a documentação para o Ministério Público Federal abrir processo penal contra os responsáveis.

Os ministros do TCU querem saber ainda como anda o procedimento disciplinar aberto pelo INSS, que até o ano passado não tinha dado em nada. Esse processo é um capítulo à parte no caminhar de irregularidades encontradas no convênio. Em dezembro de 2001, a Secretaria Federal de Controle (SFC), então ligada ao Ministério da Fazenda, constatou que o convênio primava pela irregularidade. Além de ter sido feito sem licitação, houve nove aditivos ao contrato, sem a devida prestação de contas das liberações anteriores.

Diante da auditoria da SFC, foi aberto, em abril do ano passado, o processo disciplinar no INSS para apurar as responsabilidades. Três meses depois, o processo foi sepultado graças a um parecer assinado pelo ex-consultor jurídico Glaucius de Moraes e acatado pelo ex-ministro José Cechin.

A atuação de Moraes no ministério e de outros ex-integrantes da Previdência está sendo investigada pelo Ministério Público Federal, que apura um suposto esquema de pareceres em benefício de empresas devedoras e entidades pseudofilantrópicas.

No parecer, o ex-consultor jurídico arguiu a nulidade do processo disciplinar devido a uma sucessão de erros da comissão de inquérito e recomendou a instauração de um novo processo. A nova comissão concluiu a apuração em janeiro deste ano e responsabilizou apenas o ex-presidente do INSS Crésio Rolim e o ex-diretor Paulo Roberto Tannus, indicado para o cargo pelo ex-ministro Waldeck Ornélas.

O Cetead, instituição criada por professores da Universidade Federal da Bahia, subcontratou 96% do contrato, destacando como principal beneficiária a empresa Unitech Tecnologia de Informática — pertencente a um amigo de Ornélas —, que faturou 77,8% dos recursos. O objetivo era informatizar as agências do INSS.

Segundo as auditorias da SFC e do TCU, o convênio não cumpriu regras básicas, como comprovação da personalidade jurídica e de regularidade fiscal do Cetead. Não houve sequer a descrição do objeto do contrato. O ex-ministro Cechin informou que apenas assinou um protocolo de intenções genérico e que a operacionalização foi feita por outros dirigentes do INSS. Ele disse que está encaminhando sua defesa ao TCU. Procurado por telefone em sua casa, Glaucius de Moraes não foi encontrado. Crésio também não foi localizado em sua residência, em Salvador.

**Prorrogação:** 9 aditivos ao contrato foram feitos pelo INSS, sem que o Centro Educacional de Tecnologia em Administração da Bahia fizesse a devida prestação de contas das liberações anteriores de recursos.

**Ligações com escritório:** A ex-coordenadora-geral de Direito Administrativo da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social, Nayra Benvindo Falcão, é sócia do escritório Magalhães Advogados. É uma sociedade formada por jovens advogados, entre 26 e 32 anos, que estão ganhando milhões em causas contra o INSS. Outros dois sócios também passaram pela consultoria. O TCU responsabilizou Falcão por ter produzido a nota aprovando o segundo aditivo de prorrogação do convênio irregular.

O Ministério Público Federal está apurando o suposto envolvimento do escritório no esquema de venda de facilidades para entidades filantrópicas dentro da Previdência. A mulher do ex-consultor Glaucius de Moraes também foi sócia do escritório. Procurada ontem no escritório, Nayra Falcão não foi encontrada. O sócio Marcelo Seba informou que ela não faz mais parte da sociedade, mas que ainda não foi dada baixa na Ordem dos Advogados do Brasil. Em nota enviada mais tarde, o sócio Felipe Magalhães diz que “eventuais razões que provocaram a auditoria do TCU não tem nenhuma vinculação com o escritório”. Em entrevista na segunda-feira, Magalhães listou Falcão como uma das sócias.

Correio Braziliense – 23/07/2003